

... continuação		ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.			
9. Empréstimos e financiamentos					
		2021	2020		
Moeda nacional					
BNDES		33.418	37.225		
Circulante		(3.918)	(3.919)		
Não circulante		29.500	33.306		
Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 57.052, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, no montante de R\$ 44.296 a segunda tranche foi liberada em 27 de agosto de 2014, no montante de R\$ 11.116 a terceira tranche de R\$ 247 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quarta tranche de R\$ 70 foi liberada em 27 de junho de 2018 e a quinta tranche R\$ 73 foi liberada em 22 de maio de 2019. Como houve cancelamento do saldo restante a liberar, não há mais saldo a liberar para este contrato. a) Movimentação					
Saldo em 31 de dezembro de 2019		41.052			
Encargos financeiros provisionados		2.894			
(-) Juros pagos		(2.915)			
(-) Amortização do principal		(3.806)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020		37.225			
Encargos financeiros provisionados		2.515			
(-) Juros pagos		(2.516)			
(-) Amortização do principal		(3.806)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021		33.418			
b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de <i>project finance</i> , ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. c) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (<i>covenants</i>), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses. d) Prazo de vencimento: O montante a longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:					
		2021	2020		
2022		-	3.919		
2023		3.919	3.919		
2024		3.919	3.919		
2025 a 2030		21.662	21.549		
Total		29.500	33.306		
10. Partes relacionadas					
a) Passivo					
Dividendos a pagar		1.155	1.833		
ADS ER Vento Aragano I SA (i)		538	536		
Total		1.693	2.369		
Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente		Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC - 1SP 250.809/O-7			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis					
Aos Acionistas e Administradores da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. Hortolândia-SP					
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável					
pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para plane-					
jarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 27 de abril de 2022 Élica Daniela da Silva Martins CT CRC 1SP - 223.766/O-0 Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP - 025.583/O-1					
16. Resultado financeiro				2021	2020
Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 9 (a))				(2.515)	(2.894)
Juros e comissões bancárias				(68)	-
Total				(2.583)	(2.894)
Juros de aplicações financeiras				341	137
Total				341	137
Total				(2.242)	(2.757)
17. Imposto de renda e contribuição social – Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
				2021	2020
i) Imposto de renda					
Receita bruta de vendas				12.713	13.202
Direitos a faturar				504	(38)
Total da receita				13.217	13.164
Base de cálculo sobre receita bruta (8%)				1.057	1.053
Receita financeira				341	137
Base de cálculo do imposto de renda				1.398	1.190
Adicional				116	94
Imposto de renda do exercício (15%)				326	(273)
ii) Contribuição social				2021	2020
Receita bruta de vendas				12.713	13.202
Direitos a faturar				504	(38)
Total da receita				13.217	13.164
Base de cálculo sobre receita bruta (12%)				1.586	1.580
Receita financeira				341	137
Base de cálculo da contribuição social				1.927	1.717
Contribuição social do exercício (9%)				173	(155)
Total de imposto de renda e contribuição social				499	(428)
18. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.					
		2021	2020		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia		4.862	3.148		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)		31.008	31.008		
Lucro básico por ação – R\$		0,16	0,10		
19. Provisão para riscos – A Companhia com base na opinião de seus assessores legais, não possui processos passivos em aberto, independente da probabilidade de perda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.					
20. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou os seguintes seguros:					
Modalidade				Vigência:	Cobertura
Responsabilidade civil geral				julho de 2022	15.000
Riscos operacionais				janeiro de 2023	778.864

Aos Acionistas e Administradores da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. Hortolândia-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável

pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para plane-

jarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 27 de abril de 2022 **Élica Daniela da Silva Martins** CT CRC 1SP - 223.766/O-0 **Grant Thornton Auditores Independentes** CRC 2SP - 025.583/O-1

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

